DA ESCAVAÇÃO À GESTÃO PATRIMONIAL: ARQUEOLOGIA URBANA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO URBANO EM BRAGA (2022-2025)

Fernanda Magalhães[1], Maria do Carmo Ribeiro[2], Letícia Ruela[3], Luís Silva[4], Lara Fernandes[5], Cláudia Antunes[6], Eduardo Alves[7], Eduarda Chaves[8], Eurico Machado[9]

RESUMO

Entre 2022 e 2025, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho realizou intervenções arqueológicas em diferentes setores da cidade de Braga, produzindo novos dados sobre a sua evolução urbana e apoiando processos de reabilitação. O presente artigo analisa o contributo da arqueologia urbana para a gestão do património arqueológico, através de um conjunto de casos de estudo representativos. A análise evidencia de que modo os resultados das escavações influenciaram as decisões relativas à preservação *in situ*, integração arquitetónica e musealização dos vestígios arqueológicos. Os resultados demonstram que a arqueologia urbana constitui um instrumento essencial da gestão integrada do património arqueológico urbano, contribuindo para produção de conhecimento, para definição de estratégias de salvaguarda e para a valorização da cidade histórica.

Palavras-chave: *Bracara Augusta*; Arqueologia preventiva; Sequência estratigráfica; Reabilitação urbana; Património arqueológico.

ABSTRACT

Between 2022 and 2025, the Archaeology Unit at the University of Minho conducted archaeological investigations in various areas of the city of Braga, generating new data on its urban development and supporting rehabilitation efforts. This article analyzes the contribution of urban archaeology to the management of archaeological heritage through a set of representative case studies. The analysis highlights how the results of the excavations influenced decisions regarding in situ preservation, architectural integration, and the display of archaeological remains in museums. The findings demonstrate that urban archaeology is an essential tool for the integrated management of urban archaeological heritage, contributing to the production of knowledge, the definition of preservation strategies, and the enhancement of the historic city.

Keywords: *Bracara Augusta;* Preventive archaeology; Stratigraphic sequence; Urban rehabilitation; Archaeological heritage.

---

1. Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho / Lab2PT / In2Past / fmagalhaes@uaum.uminho.pt

2. Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho / Lab2PT / In2Past / mcribeiro@uaum.uminho.pt

3. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / leticiacezarr@gmail.com

4. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / mustasilva@gmail.com

5. Bolseira de doutoramento FCT, Universidade do Minho / Lab2PT / In2Past / lararitafernandes@gmail.com

6. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / antunesclaudia701@gmail.com

7. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / eduardoalves.arqueo@gmail.com

8. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / maria.eduarda_chaves@hotmail.com

9. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / emachado@uaum.uminho.pt

1. INTRODUÇÃO

A crescente reabilitação dos centros históricos tem colocado novos desafios à proteção do património arqueológico, exigindo soluções que conciliem a transformação urbana com a salvaguarda dos vestígios conservados no subsolo e no edificado histórico. Neste contexto, a arqueologia preventiva assume um papel cada vez mais relevante na produção de conhecimento sobre a evolução das cidades e na definição de estratégias de gestão do património arqueológico urbano (Bernardes & *alii*, 2018).

Apesar da vasta investigação desenvolvida sobre arqueologia urbana, continua a ser relativamente pouco explorada a forma como os resultados das intervenções arqueológicas influenciam os processos de decisão patrimonial e condicionam as opções de preservação, integração arquitetónica ou valorização dos vestígios identificados (Martins & Ribeiro, 2009/10). A gestão do património arqueológico urbano constitui, por isso, um domínio de crescente interesse científico, onde convergem investigação arqueológica, arquitetura, planeamento urbano e políticas de conservação (Pérez-Juez, 2006).

Neste sentido, Braga constitui um contexto particularmente adequado para esta reflexão. A continuidade da ocupação urbana desde a fundação de *Bracara Augusta* originou uma cidade de elevada complexidade estratigráfica, onde as sucessivas ocupações romana, tardo-antiga, medieval, moderna e contemporânea se encontram frequentemente sobrepostas (Martins & *alii,* 2012; Martins, Fontes & Cunha, 2013; Martins, 2014; Martins & *alii,* 2017; Ribeiro, 2008; Ribeiro & Fontes, 2015; Ribeiro & *alii,* 2018). Esta realidade faz do subsolo urbano um arquivo privilegiado para o estudo da evolução da cidade, mas coloca igualmente importantes desafios à compatibilização entre a preservação do património arqueológico e a contínua transformação do tecido urbano.

Ao longo das últimas décadas, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em estreita articulação com o Município de Braga, as entidades responsáveis pela tutela do património, os promotores e as equipas projetistas, consolidou um modelo de atuação em que a arqueologia preventiva participa de forma integrada nos processos de reabilitação urbana. Esta experiência permitiu desenvolver diferentes soluções de preservação e valorização do património arqueológico, conciliando a investigação científica com as exigências funcionais e arquitetónicas dos projetos de intervenção.

O presente artigo analisa o contributo da arqueologia preventiva para a gestão do património arqueológico urbano em Braga, tomando como referência um conjunto de intervenções realizadas entre 2022 e 2025. Mais do que apresentar os resultados individuais de cada escavação, pretende-se compreender de que modo a informação arqueológica produzida influenciou os processos de decisão relativos à preservação e valorização dos vestígios arqueológicos.

A análise incide sobre quatro casos principais, Largo do Paço (edifício da Reitoria da Universidade do Minho), Rua Nossa Senhora do Leite n.os 8–10, Rua do Anjo n.os 67–67A e antigo edifício do Tribunal (MuZeu), na Praça Conselheiro Torres de Almeida/Praça do Município, complementados pelas intervenções realizadas no Largo Carlos Amarante n.os 1–3, na antiga Fábrica Confiança e na Rua dos Falcões n.º 18/Rua do Anjo n.º 39 (**Figura 1**). Estes projetos ilustram diferentes contextos urbanos e distintas soluções de salvaguarda patrimonial, permitindo discutir o papel da arqueologia preventiva na definição de estratégias de preservação, integração arquitetónica e musealização.

Partindo destes casos de estudo, defende-se que a arqueologia preventiva assume um papel central na gestão integrada do património arqueológico urbano, participando ativamente nos processos de decisão que conduzem à preservação, valorização e comunicação pública do património arqueológico.

2. ARQUEOLOGIA PREVENTIVA, SALVAGUARDA E MUSEALIZAÇÃO: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Nas últimas décadas, a arqueologia urbana preventiva tem vindo a consolidar-se como uma componente essencial da gestão do património arqueológico, acompanhando a intensificação dos processos de transformação urbana e a crescente preocupação com a salvaguarda dos vestígios arqueológicos em contexto de obra. Embora tradicionalmente entendida como uma prática destinada a minimizar os impactos decorrentes das intervenções sobre o território, a arqueologia preventiva deve igualmente assumir um papel ativo na produção de conhecimento científico e no apoio à tomada de decisões no âmbito do ordenamento do território, da reabilitação urba-

na e da conservação do património (Arnaud & *alii,* 2013).

Esta perspetiva encontra expressão em diversos documentos internacionais, entre os quais se destaca a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (Revista)[10], adotada em La Valeta (Malta) em 1992, que estabelece a necessidade de integrar a investigação arqueológica nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial. A Convenção reconhece que o património arqueológico constitui um recurso científico e cultural não renovável, cuja proteção exige a articulação entre investigação, administração pública, planeamento urbanístico e intervenção arquitetónica. Paralelamente, os princípios defendidos pelo ICOMOS e por outras organizações internacionais reforçam a importância da preservação *in situ* sempre que possível, entendendo que a conservação dos vestígios no seu contexto original representa, frequentemente, a solução que melhor assegura a integridade e autenticidade do património (Florjanowicz, 2016).

Neste enquadramento, a arqueologia preventiva não deve ser encarada apenas como uma obrigação legal associada aos processos de licenciamento, podendo assumir um papel ativo na definição das estratégias de intervenção sobre o património construído. Apesar das assimetrias existentes atualmente, a informação produzida durante as escavações arqueológicas tem vindo a influenciar, cada vez mais, as opções de projeto, condicionando soluções arquitetónicas, redefinindo programas funcionais e contribuindo para a valorização cultural dos espaços intervencionados. A escavação arqueológica deve constituir, assim, apenas uma das etapas de um processo mais amplo de gestão patrimonial, no qual a interpretação científica dos vestígios suporta decisões relativas à sua preservação, integração ou valorização pública (Mar & *alii,* 1999).

A musealização insere-se precisamente neste processo de gestão integrada do património. Mais do que a simples exposição de estruturas arqueológicas, corresponde a uma estratégia de conservação, interpretação e comunicação que procura tornar os vestígios compreensíveis e acessíveis à sociedade, promovendo a sua integração na vivência contemporânea das cidades históricas. Contudo, a musealização não constitui uma solução universal nem um objetivo obrigatório de todas as intervenções arqueológicas. A decisão de preservar e expor um contexto arqueológico depende da conjugação de múltiplos fatores, designadamente da relevância científica dos vestígios, do seu estado de conservação, da sua legibilidade, da compatibilidade com o projeto arquitetónico, das condições técnicas de conservação, dos custos de manutenção e das possibilidades de fruição pública (Ruiz Jiménez, 2012).

Neste sentido, a gestão do património arqueológico urbano implica a ponderação de diferentes modalidades de salvaguarda, entre as quais se incluem a preservação *in situ*, a integração arquitetónica das estruturas, a proteção sob novas soluções construtivas, a desmontagem e relocalização de elementos, a valorização através da sinalização interpretativa ou, em situações devidamente fundamentadas, a documentação exaustiva seguida da sua inevitável desafetação. A escolha entre estas alternativas resulta de um processo de decisão interdisciplinar, no qual convergem critérios científicos, patrimoniais, técnicos, económicos e sociais.

3. A ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NA GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO URBANO: CASOS DE ESTUDO

Os casos de estudo apresentados foram selecionados por representarem diferentes contextos de intervenção arqueológica desenvolvidos em Braga entre 2022 e 2025, no âmbito de projetos de reabilitação, reconstrução e adaptação funcional de edifícios situados em áreas de elevada sensibilidade arqueológica (**Figura 1**). Mais do que ilustrar os resultados de escavações individuais, estes exemplos permitem analisar a forma como a arqueologia preventiva participou nos processos de decisão relativos à gestão do património arqueológico urbano.

A seleção procurou contemplar situações em que os vestígios identificados conduziram a diferentes soluções de salvaguarda, desde a preservação *in situ* e integração arquitetónica até à musealização ou à adoção de medidas de proteção compatíveis com os novos usos dos edifícios. Deste modo, os projetos analisados evidenciam que a gestão do património arqueológico não resulta da aplicação de soluções uniformes, mas de processos de decisão que articu-

10. https://www.patrimoniocultural.gov.pt/wpcontent/uploads/2024/01/1992__convencao_europeia_para_a_protecao_do_patrimonio_arqueologico-conselho_da_europa.pdf.

lam critérios científicos, patrimoniais, técnicos, arquitetónicos e funcionais.
A apresentação dos casos segue uma estrutura comum, descrevendo o enquadramento da intervenção, os principais resultados arqueológicos e as soluções de salvaguarda adotadas, permitindo discutir o contributo da arqueologia preventiva para a preservação e valorização do património arqueológico em contexto urbano.

3.1. Largo do Paço (Reitoria da Universidade do Minho): da descoberta arqueológica à integração dos vestígios no projeto arquitetónico

A intervenção arqueológica realizada na ala nascente do antigo Paço dos Arcebispos, setor que integra uma das frentes edificadas que formalizam o Largo do Paço, decorreu no âmbito do projeto de reabilitação do edifício da Reitoria da Universidade do Minho, que previa a adaptação do piso térreo para instalação de uma galeria de arte. Localizado no centro histórico de Braga, numa área de elevada sensibilidade arqueológica (Bandeira, 2000; Ribeiro, 2008; Ribeiro & Martins, 2018), o edifício encontrava-se abrangido pela condicionante de sondagens prévias e acompanhamento arqueológico definidas para este tipo de intervenções
As escavações arqueológicas permitiram identificar um conjunto de estruturas de significativa relevância patrimonial, associados à evolução do Paço dos Arcebispos e à progressiva consolidação do quarteirão cuja preservação se revelou compatível com a intervenção arquitetónica em curso (Martins, Mar & Ribeiro, 2021). A importância dos vestígios identificados justificou a reavaliação da solução inicialmente prevista para aquele espaço, conduzindo a uma reformulação do projeto de arquitetura (**Figura 2**).
Na sequência desta decisão, a área inicialmente destinada à galeria de arte foi convertida numa sala de receção da Universidade do Minho, designada por Sala dos Arcos. A nova solução arquitetónica privilegiou a preservação *in situ* das estruturas arqueológicas, integrando-as de forma permanente no edifício e permitindo a sua leitura no próprio local onde foram identificadas. A configuração espacial da sala, marcada pelos arcos existentes, assegura naturalmente a separação entre a área de circulação e o espaço ocupado pelos vestígios, dispensando a instalação de barreiras físicas de proteção e permitindo a sua fruição em condições de segurança.
A integração das estruturas arqueológicas implicou igualmente a adaptação das especialidades do projeto, nomeadamente através da elaboração de um projeto específico de iluminação. A valorização visual dos vestígios constituiu um elemento fundamental da solução adotada, garantindo as condições necessárias à sua interpretação e contribuindo para a qualificação patrimonial daquele espaço.
Este caso evidencia de forma clara o papel da arqueologia preventiva no apoio à decisão no âmbito da reabilitação urbana. A informação produzida durante a escavação não se limitou ao registo científico dos vestígios identificados, mas condicionou diretamente as opções arquitetónicas, conduzindo à redefinição do programa funcional do edifício e à integração permanente das estruturas arqueológicas no novo projeto. A solução adotada mostra que a preservação *in situ*, quando articulada desde as fases de desenvolvimento do projeto, pode constituir uma estratégia eficaz de salvaguarda e valorização do património arqueológico urbano, conciliando os objetivos de conservação com os novos usos do edifício.

3.2. Rua Nossa Senhora do Leite n.os 8–10 (Restaurante Basílica): arqueologia preventiva e valorização do património num projeto privado

A intervenção arqueológica realizada na Rua Nossa Senhora do Leite números 8–10 decorreu no âmbito da reabilitação de um edifício situado no centro histórico de Braga, numa área de elevada sensibilidade arqueológica, diretamente relacionada com a evolução urbana da envolvente da Sé de Braga e do antigo Paço Arquiepiscopal (Fontes & Lemos, 1997/1998; Gaspar, 1985). A localização do lote conferia particular relevância às sondagens prévias e ao acompanhamento arqueológico, atendendo ao potencial para identificar vestígios associados às diferentes fases de ocupação deste setor da cidade.
Os trabalhos arqueológicos revelaram um conjunto de estruturas de excecional interesse patrimonial, destacando-se pavimentos em *opus signinum* e *opus tessellatum*, muros com vestígios de revestimento, um elemento que poderá representar um altar e uma estrutura retangular revestida a *opus signinum*, compatíveis com a primeira fase do complexo basilical de Braga, interpretação que se encontra atualmente em desenvolvimento (**Figura 2**). Foram igualmente identificados diversos elementos arquitetónicos em granito, mármore, calcário e xisto, incluindo fustes,

bases, frisos, placas decoradas e outros elementos construtivos que testemunham a importância monumental deste espaço (Magalhães & *alii,* 2023).

A relevância científica e patrimonial destes vestígios conduziu à reformulação do projeto inicialmente previsto. Em articulação entre a equipa de arqueologia, os projetistas, a tutela e o promotor privado, foi adotada uma solução construtiva que reduziu significativamente o impacto sobre o subsolo e permitiu preservar *in situ* as estruturas arqueológicas mais significativas. Esta decisão enfatiza que a arqueologia preventiva pode constituir um elemento determinante na definição das soluções arquitetónicas, compatibilizando a reabilitação do edificado com a conservação do património arqueológico.

A solução adotada culminou na criação do atual restaurante *Basílica*, onde as ruínas preservadas passaram a integrar a própria experiência de utilização do espaço. Parte do pavimento foi executada em vidro, permitindo a observação direta das estruturas arqueológicas, enquanto os elementos arquitetónicos e o espólio arqueológico selecionado permaneceram expostos no local, por decisão do promotor e aprovação da tutela, reforçando a leitura contextual dos vestígios e a sua relação com a antiga ocupação basilical (**Figura 3**). Desta forma, o património arqueológico deixou de constituir um elemento oculto ou residual para assumir um papel central na identidade do edifício e na experiência proporcionada aos seus utilizadores.

Esta experiência constitui um exemplo particularmente expressivo do contributo da iniciativa privada para a salvaguarda e valorização do património arqueológico urbano. O investimento realizado permitiu transformar uma condicionante inicialmente associada ao processo de obra numa oportunidade de qualificação arquitetónica, cultural e patrimonial, criando um espaço acessível ao público onde a preservação *in situ,* a integração arquitetónica e a musealização coexistem de forma harmoniosa. A arqueologia preventiva revelou-se, assim, um verdadeiro instrumento de gestão patrimonial, colocando em evidência como a articulação entre investigação científica, tutela, projeto arquitetónico e investimento privado pode gerar soluções sustentáveis que beneficiam simultaneamente a conservação do património e a fruição pública da cidade histórica.

A estratégia implementada evidencia igualmente que a preservação do património arqueológico não constitui necessariamente um constrangimento aos processos de reabilitação urbana. Pelo contrário, neste caso, os vestígios arqueológicos passaram a constituir um elemento diferenciador do próprio empreendimento, conferindo-lhe identidade, singularidade e valor cultural, ao mesmo tempo que proporcionam à comunidade um novo espaço de fruição do património arqueológico da cidade.

3.3. Rua do Anjo n.os 67–67A: integração arquitetónica dos vestígios arqueológicos num espaço de fruição privada

A intervenção arqueológica realizada na Rua do Anjo n.os 67–67A decorreu no âmbito da reabilitação de um edifício localizado no centro histórico de Braga, numa área de reconhecida sensibilidade arqueológica. Os trabalhos permitiram identificar uma sequência estratigráfica complexa, documentando diferentes fases de ocupação e transformação do lote, desde a época romana até aos períodos medieval e moderno. Entre os vestígios identificados destacam-se estruturas murárias associadas à organização de um quarteirão doméstico de *Bracara Augusta* (**Figura 2**), cuja articulação estratigráfica permitiu reconhecer diferentes momentos de ocupação, reformulação e reutilização deste setor da cidade (Ribeiro, 2008; Martins & Ribeiro, 2013; Martins & *alii,* 2012; Martins & *alii,* 2016; Martins & *alii,* 2017; Magalhães, 2019).

A relevância patrimonial das estruturas identificadas conduziu à reformulação das soluções inicialmente previstas para o projeto de arquitetura, privilegiando a preservação *in situ* de parte dos vestígios arqueológicos. Em articulação com a equipa de arqueologia, os projetistas, a tutela e o promotor, foi definida uma solução que permitiu integrar as ruínas no novo edifício, assegurando simultaneamente a sua conservação e valorização.

A opção adotada consistiu na criação de um espaço onde os vestígios arqueológicos permanecem visíveis sob uma piscina circular com fundo em vidro (**Figura 3**). A integração das estruturas implicou igualmente a adaptação das infraestruturas técnicas, nomeadamente dos sistemas de iluminação e manutenção da piscina, de forma a garantir a adequada conservação e leitura dos vestígios arqueológicos. A solução arquitetónica permitiu, assim, incorporar o património arqueológico na vivência quotidiana do edifício, estabelecendo uma relação direta entre

a arquitetura contemporânea e a memória histórica do lugar.

Ao contrário do caso da Rua Nossa Senhora do Leite, onde a preservação dos vestígios deu origem a um espaço de utilização pública, neste edifício a fruição do património arqueológico ocorre num contexto privado, limitado aos proprietários e aos seus convidados. Ainda assim, esta solução evidencia que a preservação *in situ* pode constituir uma opção viável mesmo quando não existe um percurso museológico aberto ao público, e que a valorização do património arqueológico pode assumir diferentes formas em função da natureza do projeto, da utilização prevista para o edifício e das opções do promotor.

Neste caso a arqueologia preventiva pôde influenciar significativamente os projetos de reabilitação promovidos por particulares, conduzindo à adoção de soluções arquitetónicas que asseguram a preservação dos vestígios arqueológicos, sem comprometer a funcionalidade do edifício. A integração das estruturas sob a superfície envidraçada da piscina constitui uma resposta inovadora de compatibilização entre conservação patrimonial e arquitetura contemporânea, tornando percetível, ainda que num contexto de fruição privada, a sobreposição de temporalidades que caracteriza a cidade histórica de Braga.

3.4. Antigo Tribunal (MuZeu): a integração da muralha medieval num novo espaço museológico

A intervenção arqueológica realizada no antigo edifício do Tribunal, localizado entre a Praça Conselheiro Torres de Almeida e a Praça do Município, desenvolveu-se no âmbito da adaptação do imóvel ao futuro Museu de Arte Contemporânea de Braga (MuZeu). Implantado num dos setores historicamente mais sensíveis da cidade, nas proximidades do Convento do Pópulo, da Câmara Municipal, da Casa dos Biscainhos e de uma porta da muralha medieval (a de São Francisco), o edifício ocupa uma área determinante para a compreensão da evolução urbana de Braga, articulando-se com importantes eixos de circulação de longa duração, nomeadamente com a antiga Via XIX e com os percursos medievais associados ao Caminho de Santiago (Fontes, Braga & Catalão, 2020; Magalhães & *alii,* 2026a).

Os trabalhos arqueológicos permitiram identificar e caracterizar um importante troço da muralha tardo-medieval, preservado no interior do lote, bem como uma estrutura interpretada como possível torreão da mesma e um amplo corte no substrato, provavelmente relacionado com o sistema defensivo ou com a circulação de água neste setor da cidade. Foram igualmente identificadas evidências das sucessivas transformações do espaço durante a Época Moderna, destacando-se um poço associado à antiga organização do Palacete Vilhena Coutinho (**Figura 2**), posteriormente adaptado a Tribunal (Magalhães & *alii,* 2026a).

A relevância patrimonial destes vestígios conduziu à reformulação das soluções previstas para o projeto arquitetónico, definindo-se uma estratégia de preservação *in situ* compatível com a futura utilização museológica do edifício. A muralha medieval foi integrada no piso térreo do novo museu, permanecendo visível no seu contexto original, enquanto o poço moderno foi igualmente preservado, mantendo a sua localização e características construtivas. A integração destes elementos implicou a adaptação do projeto de arquitetura e das especialidades técnicas, garantindo as condições de conservação, iluminação e leitura dos vestígios no percurso expositivo do edifício (**Figura 3**).

Ao contrário dos casos anteriormente apresentados, em que a musealização constituiu uma solução entre várias possibilidades de salvaguarda, neste projeto a criação de um equipamento cultural dedicado à arte contemporânea tornou a valorização dos vestígios arqueológicos parte integrante da própria conceção do edifício. A arquitetura passou, assim, a incorporar o património arqueológico como um dos elementos estruturantes da experiência museológica, promovendo o diálogo entre a criação contemporânea e o legado histórico.

A arqueologia preventiva assumiu, assim, um papel determinante na conceção de novos equipamentos culturais, contribuindo para a construção de espaços onde património arqueológico, arquitetura e museologia se articulam de forma integrada. A preservação da muralha tardo-medieval e do poço moderno não representa apenas uma estratégia de conservação, mas constitui um elemento fundamental da narrativa expositiva do museu, reforçando a relação entre a história urbana de Braga e as novas formas de apropriação cultural do património.

3.5. Casos complementares: diversidade de respostas na gestão do património arqueológico urbano

Os quatro casos anteriormente apresentados ilustram situações em que a arqueologia preventiva

condicionou de forma decisiva os projetos de arquitetura e conduziu à definição de soluções específicas de preservação, integração e musealização dos vestígios arqueológicos. Contudo, as intervenções realizadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho entre 2022 e 2025 evidenciam uma realidade mais ampla, caracterizada pela adoção de respostas diferenciadas em função da natureza dos vestígios, das condicionantes dos projetos e das possibilidades efetivas de valorização patrimonial.

Neste contexto, a intervenção realizada no Largo Carlos Amarante n.os 1–3 confirmou a elevada sensibilidade arqueológica deste setor da cidade, permitindo documentar uma longa sequência de ocupação, desde a época romana até aos períodos moderno e contemporâneo (**Figura 2**). A relevância dos vestígios identificados conduziu à preservação e musealização de parte do pórtico oriental de um quarteirão romano (**Figura 3**), demonstrando que a integração patrimonial pode resultar de soluções seletivas, ajustadas às características da intervenção e às novas propostas de reabilitação urbana (Magalhães, 2019; Magalhães & *alii,* 2026b).

Na Rua dos Falcões n.º 18 / Rua do Anjo n.º 39, a intervenção permitiu aprofundar o conhecimento sobre a evolução dos lotes urbanos, documentando sucessivas fases de ocupação, reorganização e reutilização do espaço construído (**Figura 2**). A relevância dos vestígios identificados conduziu à preservação e musealização de um fragmento da antiga calçada, integrado no novo edifício como testemunho material da evolução da rede viária urbana (**Figura 3**). Embora de reduzida dimensão, esta solução evidencia que a valorização patrimonial pode incidir sobre elementos específicos da estrutura urbana, cuja preservação contribui para manter a legibilidade histórica do espaço e reforçar a interpretação da evolução da cidade (Magalhães & *alii,* 2025).

Por sua vez, a intervenção desenvolvida na antiga Fábrica Confiança introduz uma dimensão complementar na gestão do património arqueológico urbano, centrada na valorização do património industrial (**Figura 2**). A documentação das estruturas relacionadas com o funcionamento do complexo fabril, nomeadamente sistemas de circulação, drenagem e organização funcional dos espaços, permitiu reconhecer o valor patrimonial de testemunhos associados à industrialização da cidade e contribuir para a preservação da memória do trabalho e da produção industrial de Braga (**Figura 3**).

Em conjunto, estes exemplos reforçam a ideia de que a arqueologia preventiva não conduz à aplicação de modelos uniformes de intervenção. Pelo contrário, a gestão do património arqueológico urbano exige a seleção de soluções diferenciadas, que podem privilegiar a preservação *in situ*, a musealização, a integração arquitetónica, a valorização interpretativa ou o registo científico, em função das especificidades de cada contexto. A diversidade das respostas adotadas confirma, assim, que a salvaguarda do património arqueológico resulta de um processo de decisão fundamentado, no qual investigação científica, projeto arquitetónico e gestão patrimonial se articulam de forma permanente.

4. DISCUSSÃO: DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA À GESTÃO INTEGRADA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO URBANO

A arqueologia preventiva desempenha atualmente um papel que ultrapassa largamente a tradicional função de mitigação dos impactes decorrentes das intervenções urbanísticas. A experiência desenvolvida em Braga entre 2022 e 2025 evidencia que a informação produzida pelas escavações arqueológicas participa diretamente na tomada de decisão patrimonial, influenciando opções de preservação, integração arquitetónica, musealização, valorização interpretativa e registo científico. A arqueologia preventiva afirma-se, deste modo, como um instrumento essencial da gestão integrada do património arqueológico urbano.

A análise comparativa das intervenções demonstra que não existe um modelo único de salvaguarda aplicável aos contextos urbanos. As soluções adotadas resultaram da conjugação de múltiplos fatores, designadamente a relevância científica dos vestígios, o seu estado de conservação, a sua legibilidade, a função prevista para os edifícios, as condicionantes dos projetos arquitetónicos, as possibilidades de fruição e os objetivos dos diferentes promotores.

A gestão do património arqueológico urbano implica, assim, um processo de decisão interdisciplinar que procura compatibilizar os valores científicos e patrimoniais com as exigências arquitetónicas, urbanísticas, técnicas, económicas e sociais inerentes aos projetos de intervenção. Os quatro casos principais ilustram diferentes modalidades de gestão patrimonial. No Largo do Paço, a identificação das estruturas arqueológicas conduziu à reformulação

do programa funcional do edifício, substituindo a prevista galeria de arte por um espaço institucional onde os vestígios passaram a integrar um espaço de receção da Universidade do Minho. Na Rua Nossa Senhora do Leite, a preservação das estruturas interpretadas como pertencentes à primeira basílica da cidade deu origem a um espaço de utilização pública em que o património arqueológico constitui o principal elemento identitário do empreendimento privado, demonstrando que a arqueologia pode acrescentar valor cultural, social e económico aos projetos de reabilitação. Na Rua do Anjo, a integração das estruturas sob uma piscina com fundo em vidro evidencia que a preservação *in situ* pode ser compatibilizada com edifícios de utilização privada, tornando percetível a sobreposição de temporalidades que caracteriza a cidade histórica. Por sua vez, o MuZeu representa um modelo distinto, em que a preservação da muralha tardo-medieval e do poço moderno se integra na própria narrativa museológica do edifício, estabelecendo um diálogo entre património arqueológico, arquitetura contemporânea e criação artística.

A preservação *in situ*, a integração arquitetónica, a musealização, a valorização interpretativa e o registo científico não constituem soluções hierarquizadas, mas respostas complementares às especificidades de cada contexto. Mais do que aplicar modelos predefinidos, a arqueologia preventiva contribui para fundamentar a seleção da solução patrimonial mais adequada a cada intervenção, procurando compatibilizar a conservação dos vestígios com os novos usos do espaço urbano.

Os casos complementares reforçam esta interpretação. A intervenção no Largo Carlos Amarante evidencia a importância da preservação seletiva de estruturas de particular relevância patrimonial; a Rua dos Falcões demonstra que a valorização pode incidir sobre elementos estruturantes da própria malha urbana, como um troço de arruamento preservado e musealizado; e a antiga Fábrica Confiança amplia o âmbito desta reflexão ao integrar o património industrial na gestão da cidade histórica. Em conjunto, estes exemplos confirmam que o património arqueológico urbano compreende realidades muito distintas, edifícios, sistemas defensivos, arruamentos, espaços domésticos ou complexos industriais, exigindo respostas igualmente diversificadas de preservação e valorização.

A diversidade dos promotores envolvidos constitui igualmente um aspeto relevante. As soluções analisadas resultam da intervenção de instituições públicas, equipamentos culturais e investimentos privados, demonstrando que a valorização do património arqueológico pode assumir configurações distintas consoante a função prevista para os edifícios e os objetivos de cada projeto. Esta diversidade confirma que a gestão patrimonial não depende exclusivamente da natureza dos vestígios, mas também da capacidade de integrar a informação arqueológica nos processos de decisão desde as fases iniciais de conceção das intervenções.

Neste contexto, assume particular importância a articulação entre arqueólogos, entidades de tutela, promotores e equipas projetistas. As soluções de preservação mais consistentes correspondem aos casos em que a informação arqueológica foi incorporada precocemente no desenvolvimento dos projetos, permitindo ajustar opções arquitetónicas, redefinir programas funcionais e conceber estratégias de integração compatíveis com a conservação dos vestígios e com os novos usos dos edifícios. A arqueologia preventiva deixa, assim, de constituir uma intervenção complementar para assumir um papel estruturante na qualificação dos processos de reabilitação urbana.

A experiência desenvolvida em Braga entre 2022 e 2025 evidencia, em síntese, como a arqueologia preventiva se constitui fundamental para a gestão integrada do património arqueológico urbano. Mais do que documentar o passado ou minimizar os impactes das obras, participa ativamente na construção da cidade contemporânea, orientando decisões de preservação, valorização e reutilização do património arqueológico. Neste sentido, Braga afirma-se como um laboratório privilegiado para a experimentação de modelos de gestão patrimonial que conciliam investigação científica, arquitetura, reabilitação urbana e transmissão pública do património, contribuindo para uma abordagem mais sustentável e culturalmente informada da cidade histórica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das intervenções arqueológicas realizadas em Braga entre 2022 e 2025 demonstra que a arqueologia preventiva pode e deve desempenhar um papel que ultrapassa a tradicional função de mitigação dos impactos associados às operações urbanísticas. Os casos apresentados evidenciam que a informação produzida durante as escavações participa direta-

mente na tomada de decisões patrimoniais, influenciando opções de preservação, integração arquitetónica, musealização, valorização interpretativa e registo científico. A arqueologia preventiva afirma-se, assim, como fundamental na gestão integrada do património arqueológico urbano.

A diversidade das soluções adotadas confirma que não existe um modelo único de salvaguarda aplicável aos contextos urbanos. A preservação *in situ,* a integração das estruturas nos projetos arquitetónicos, a musealização, a valorização de elementos específicos da malha urbana ou o registo científico constituem respostas complementares, cuja seleção depende da natureza dos vestígios, do seu significado patrimonial, das características dos projetos e das possibilidades efetivas de conservação e fruição. Neste sentido, a gestão do património arqueológico urbano revela-se um processo de decisão interdisciplinar, sustentado na articulação entre investigação científica, tutela, arquitetura, promotores e comunidade.

A experiência desenvolvida em Braga evidencia igualmente que a arqueologia preventiva pode contribuir para qualificar os processos de reabilitação urbana, acrescentando conhecimento histórico, identidade e valor cultural aos projetos de transformação da cidade. Os casos analisados demonstram que os vestígios arqueológicos deixam de ser entendidos apenas como condicionantes à obra para se afirmarem como recursos patrimoniais capazes de enriquecer os espaços contemporâneos, reforçar a sua singularidade e promover novas formas de apropriação social da memória urbana.

Mais do que documentar o passado, a arqueologia preventiva deve participar na construção da cidade histórica do futuro. É nesta capacidade de integrar investigação, gestão patrimonial e projeto urbano que reside o seu principal contributo para a salvaguarda sustentável do património arqueológico, afirmando Braga como um exemplo particularmente significativo de boas práticas na articulação entre conhecimento científico, reabilitação urbana e valorização do património cultural. Através do caso de Braga foi possível demonstrar que a arqueologia preventiva não constitui apenas uma exigência legal associada aos processos de obra, mas um instrumento de conhecimento, de gestão patrimonial e de construção da cidade histórica, capaz de transformar a memória arqueológica num recurso ativo para o futuro urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Miguel (2000) – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Afrontamento.

ARNAUD, Morais; MARTINS, Andrea & NEVES, César, coords. (2013) – *Arqueologia Urbana em Portugal, 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

BERNARDES, João Pedro; ETCHVARNES, Carlos; LOPES, Maria Conceição & COSTA, Carlo, eds. (2018) – *Arqueologia urbana em centros históricos*. Lisboa: Faro: Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

FLORJANOWICZ, Paulina, ed. (2016) – *When Valletta Meets Faro: The Reality of European Archaeology in the 21st Century. Proceedings of the International Conference (Lisbon, 19–21 March 2015)*. Namur: Europae Archaeologiae Consilium (EAC) (EAC Occasional Paper, 11).

FONTES, Luís & LEMOS, Francisco (1997/1998) – "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, Série II (14-15), pp. 137-164. Disponível em: https://hdl.handle.net/1822/10299.

FONTES, Luís; BRAGA, Cristina & CATALÃO, Sofia (2020) – Salvamento de Bracara Augusta. Ampliação e Alteração do edifício do Antigo Tribunal. Praça Conselheiro Torres de Almeida – Praça do Município, 62, Braga. Relatório Final. In *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M/Memórias*, Volume I (90).

GASPAR, Alexandra (1985) – Escavações arqueológicas na Rua de Nossa Senhora do Leite, em Braga. *Cadernos de Arqueologia*. Série II. Braga. 2, pp. 51-125.

MAGALHÃES, Fernanda (2019) – *A domus romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho. Disponível em: https://hdl.handle.net/1822/64109.

MAGALHÃES, Fernanda; SILVA, Luís; RUELA, Letícia; FERNANDES, Lara; COUTINHO, Luís & GUERREIRO, Maurício (2025) – *Salvamento de Bracara Augusta. Reconstrução e ampliação de edifício, Rua dos Falcões nº 18 e rua do Anjo nº 39, Braga. Relatório Final*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Relatório policopiado.

MAGALHÃES, Fernanda; SILVA, Luís; RUELA, Letícia; FERNANDES, Lara; ALVES, Eduardo; CHAVES, Eduarda & ANTUNES, Cláudia (2026a) – *Salvamento de Bracara Augusta. Reconstrução e ampliação de edifício, Praça Conselheiro Torres de Almeida e Praça do Município, n.º 62, Braga. Relatório Final*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Relatório policopiado.

MAGALHÃES, Fernanda; MARTINS, Manuela; SILVA, Luís; FERNANDES, Lara; RUELA, Letícia; COUTINHO, Luís; GUERREIRO, Maurício; ANTUNES, Cláudia & ALVES, Eduardo (2026b) – *Salvamento de Bracara Augusta*.

Reconstrução e ampliação de edifício. Largo Carlos Amarante, n.os 1-3, Braga. Relatório Final. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Relatório policopiado.

MAGALHÃES, Fernanda; SILVA, Luís; RUELA, Letícia; MACHADO, Diego; FERNANDES, Lara; ALVES, Eduardo; MARTINS, Manuela; BLANCO-ROTEA, Rebeca & RIBEIRO, Maria do Carmo (2023) – A arqueologia urbana em Braga: oportunidades e desafios. O caso de estudo da Rua Nossa Senhora do Leite, n.os 8/10. In *Actas do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 771-784.

MAR, Ricardo; RUIZ ARBULO, Joaquín & SUBIAS, Eva (eds.) (1999) – *Viure les ciutats històriques. Recuperar la memòria urbana. L'arqueologia en la rehabilitació de les ciutats històriques*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili / Fundació "La Caixa".

MARTINS, Manuela (2014) – Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e técnicas do Património*, Porto, Vol. XIII, pp. 159-169.

MARTINS, Manuela & RIBEIRO, Maria do Carmo (2009/2010) – A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *Forum*, 44-45, pp. 149-177.

MARTINS, Manuela & RIBEIRO, Maria do Carmo (2013) – Em torno da Rua Verde: a evolução urbana de Braga na longa duração. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo, coords. – *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória, pp. 11-44.

MARTINS, Manuela; FONTES, Luís & CUNHA, Armandino (2013) – Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 81-88.

MARTINS, Manuela; MAR, Ricardo & RIBEIRO, Maria do Carmo (2021) – *O antigo Paço dos Arcebispos de Braga*. Braga: UMinho Editora.

MARTINS, Manuela; MAGALHÃES, Fernanda; MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel & RIBEIRO, Jorge (2016) – The house evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. *Arqueologia Medieval*, VIII, pp. 35-52.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda & BRAGA, Cristina (2012) – Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, Maria do Carmo & MELO, Arnaldo, coord. – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, pp. 29-68.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo; RIBEIRO, Jorge & MAR, Ricardo (2017) – Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. In DOPICO CAÍNZOS, Dolores & VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (Eds.), *Roma nata, per Italiam fusa, in províncias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae*. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 203-226.

PÉREZ-JUEZ GIL, Amalia (2006) – *Gestión del Patrimonio Arqueológico*. Barcelona: Editorial Ariel.

RIBEIRO, Maria do Carmo (2008) – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho.

RIBEIRO, Maria do Carmo & FONTES, Luís (2015) – The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries. In MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel, ed. – *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries, Espai / Temps*. Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, pp. 29-45.

RIBEIRO, Maria do Carmo & MARTINS, Manuela (2018) – A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal). *Dimensões – Revista de História da UFES*, Vol. 40, jan. – jun, pp. 11-38. Disponível em: https://hdl.handle.net/1822/55263.

RIBEIRO, Maria do Carmo; MARTINS, Manuela; MAGALHÃES, Fernanda & BOTICA, Natália (2018) – The urban morphology of Braga in the fourteenth and fifteenth centuries: an analysis methodology. In SABATÉ, F., BRUFAL, J. eds – *Medieval Territories*. Cambridge Scholars Publishing, pp. 351-381.

RUIZ JIMÉNEZ, Jorge (2012) – Musealización e Impacto Cultural en las ciudades actuales de sus vestigios arqueológicos antiguos: un estudio europeo. Tesis doctoral. Universidad Autónoma de Madrid. Disponível em: http://hdl.handle.net/10486/9877.



Figura 1. Mapa com a localização das sete zonas arqueológicas intervencionadas em Braga entre 2022 e 2025.



Figura 2 – Os casos de estudo na fase de escavação: **a)** Largo do Paço (Reitoria da Universidade do Minho); **b)** Rua Nossa Senhora do Leite n.os 8–10 (Restaurante Basílica); **c)** Rua do Anjo n.os 67–67ª; **d)** Antigo Tribunal (MuZeu); **e)** Largo Carlos Amarante n.os 1–3; **f)** Rua dos Falcões n.º 18 / Rua do Anjo n.º 39; **g)** antiga Fábrica Confiança.



Figura 3 – Os projetos de musealização: **a)** Rua Nossa Senhora do Leite n.os 8–10 (Restaurante Basílica); **b)** Antigo Tribunal (MuZeu); **c)** Rua do Anjo n.os 67–67a; **d)** Largo Carlos Amarante n.os 1–3; **e)** Rua dos Falcões n.º 18 / Rua do Anjo n.º 39; **f)** antiga Fábrica Confiança.